

FUNDAÇÃO INST.ARQUITECTO JOSE MARQUES DA SILVA

Contribuinte: 508675650

Moeda: EUR

BALANÇO DEZEMBRO DE 2011

Rubricas	Notas	2011	2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3/7	1.549.667,90	1.405.018,07
Propriedades de Investimento			0,00
Activos Intangíveis	3/6	2.580,83	3.988,32
Activos por impostos diferidos	12	1.517,25	2.023,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Subtotal		1.553.765,98	1.411.029,39
Activo corrente			
Inventários	3/8	32.228,19	23.962,26
Clientes	3	12.234,93	10.661,38
Estado e outros entes públicos		7.914,53	6.092,13
Outras contas a receber	3	23.977,65	21.679,05
Diferimentos	3	5.279,18	3.093,77
Caixa e depósitos bancários	3/4	1.126.904,49	1.222.419,74
Subtotal		1.208.538,97	1.287.908,33
Total do activo		2.762.304,95	2.698.937,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	1/3	2.649.888,55	2.648.968,55
Resultados transitados		-2.714,55	-20.436,56
Outras variações de capital próprio		510,00	0,00
Subtotal		2.647.684,00	2.628.531,99
Resultado liquido do exercicio		24.995,19	21.186,31
Total do fundo de capital		2.672.679,19	2.649.718,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes publicos		6.612,21	1.885,63
Outras contas a pagar	3	58.927,36	30.434,79
Diferimentos	3	24.086,19	16.899,00
Subtotal		89.625,76	49.219,42
Total do Passivo		89.625,76	49.219,42
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.762.304,95	2.698.937,72

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência



O Técnico oficial de contas



Demonstração de resultados por natureza Dezembro

De 2011

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2011	2010
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	9/14	4.846,37	8.660,57
75		Subsídios à exploração	3/10	13.543,15	3.391,14
785+792	885	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-2.793,83	-2.614,83
	62	Fornecimentos e serviços externos		-70.613,58	-94.929,89
	63	Gastos com pessoal		-122.614,87	-102.987,80
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623;7627/8	653;657/8	Imparidade de Investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
78...+791		Outros rendimentos e ganhos	9/14	246.880,28	245.393,04
	69-685+69...	Outros gastos e perdas		-5.654,33	-6.268,75
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		58.746,82	41.982,91
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/6/7	-32.006,65	-23.594,53
7624/6	654/6	Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31.586,54	27.048,95
7915		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados		-28,32	-7,00
		Resultado antes de impostos		-28,32	-7,00
	812	Impostos sobre o rendimento do período	3/11	-6.563,03	-5.855,64
		Resultado líquido do período		24.995,19	21.186,31
		Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos)			
		Inc. no resultado líquido do período			
		Resultado líquido do período atribuível: (*)			
		Detentores do capital da casa mãe			
		Interesses minoritários			
		Subtotal			
		Resultado por acção básico			

Contabilidade - (c) Primavera BSS

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

A Administração/Gerência

O Técnico oficial de contas

UNIDADE MONETÁRIA (1)

NOTAS	DESCRICÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total
	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	2.567.881,24	0,00	0,00	-7.566,25	0,00	0,00	0,00	584,39	2.560.879,38	2.560.879,38
6	Aplicação do resultado do período				584,39				-584,39	0,00	0,00
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	-13.434,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.434,70	-13.434,70
7		0,00	0,00	0,00	-13.434,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.434,70	-13.434,70
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								21.186,31	21.186,31	21.186,31
8									21.186,31	21.186,31	21.186,31
	RESULTADO INTEGRAL								21.186,31	7.751,61	7.751,61
9 + 7 + 8									21.186,31	7.751,61	7.751,61
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
	Realizações de capital	81.087,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.087,31	81.087,31
	Realizações de prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Entradas para coberturas de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10		81.087,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.087,31	81.087,31
	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	2.648.968,55	0,00	0,00	-20.436,56	0,00	0,00	0,00	21.186,31	2.649.718,30	2.649.718,30
6 + 7 + 8 + 10		2.648.968,55	0,00	0,00	-20.436,56	0,00	0,00	0,00	21.186,31	2.649.718,30	2.649.718,30

(1) - O euro, adoptado-se, em função da dimensão e exigências do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período 2010

Entidade: FUNDAÇÃO INST.ARQUITECTO JOSE MARQUES DA SILVA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011

UNIDADE MONETÁRIA (1)

NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio
	Capital Realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	
6	2.648.968,55	0,00	0,00	-20.436,56	0,00	0,00	0,00	21.186,31	2.649.718,30		2.649.718,30
				21.186,31				-21.186,31	0,00		0,00
7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	-3.464,30	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.954,30		-2.954,30
	0,00	0,00	0,00	-3.464,30	0,00	0,00	510,00	0,00	-2.954,30		-2.954,30
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00	0,00	0,00		0,00
8								24.995,19	24.995,19		24.995,19
								24.995,19	22.040,89	0,00	22.040,89
9 = 7 + 8											
13	920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920,00		920,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
10	920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920,00		920,00
6 + 7 + 8 + 10	2.649.888,55	0,00	0,00	-2.714,55	0,00	0,00	0,00	24.995,19	2.672.679,19	0,00	2.672.679,19

(1) - O euro, administrado, em função da dimensão e exigências do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período 2010

FUNDAÇÃO INST.ARQUITECTO JOSE MARQUES DA SILVA
Demonstração dos Fluxos de Caixa para o
exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	229.941,06	195.040,76
Pagamentos a fornecedores	-83.858,75	-121.912,60
Pagamentos ao pessoal	-119.371,80	-102.425,55
Caixa gerada pelas operações	26.710,51	-29.297,39
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-5.954,14	-749,50
Outros recebimentos/pagamentos	50.019,05	39.239,36
Fluxos das actividades operacionais (1)	70.775,42	9.192,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-175.248,99	-91.297,01
Activos intangíveis	0,00	-4.222,90
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	7.500,00	0,00
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)	-167.748,99	-95.519,91
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	920,00	81.087,31
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	510,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	28,32	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento (3)	1.458,32	81.087,31
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-95.515,25	-5.240,13
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.222.419,74	1.227.659,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.126.904,49	1.222.419,74

CONTAS	JAN.		FEV.		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		JULHO		AGOSTO		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		TOTAL			
	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL	BUDGET	REAL
RENDAS	17.006	16.869	17.006	17.459	17.006	16.904	17.006	16.904	17.006	17.006	17.805	17.006	17.625	17.006	18.025	17.006	18.625	17.006	18.325	17.006	18.325	17.006	18.325	17.006	17.399	204.072	213.009	
RECEITAS LIQUIDAS VENDAS LIVRO:	50	1.075	50	216	50	594	50	594	50	166	50	151	50	179	50	516	50	516	50	480	50	480	50	480	174	600	4.846	
SUBSIDIOS											2.777	550			15.000												-4.784	0 13.543
SUBTOTAL	17.066	17.974	17.066	17.675	17.066	17.498	17.066	17.070	17.066	17.066	20.733	17.066	18.354	17.066	18.030	17.066	18.141	17.066	18.785	17.066	18.785	17.066	18.785	17.066	12.789	204.672	231.398	
CUSTOS OPERACIONAIS																												
Custo da Mercadoria V.C.	664		178		43		127		137		100		4		975		430		430		430		430		40		0	0
Fornecimentos e Serviços Terceiros	6.080	3.411	6.080	4.341	6.080	3.638	6.080	7.771	6.080	4.168	7.580	6.734	6.080	6.080	2.921	6.080	5.531	6.080	6.041	6.080	6.041	6.080	6.080	12.851	74.460	70.611	0	2.794
Impostos	50	0	50	0	50	111	50	241	50	164	50	164	50	41	50	202	50	41	50	50	50	50	50	50	600	2.293	0	0
Custos c/ Pessoal	10.487	10.238	10.487	10.717	10.487	10.889	10.487	10.889	10.487	10.890	10.487	5.801	10.487	10.884	9.967	10.368	10.487	10.795	10.487	9.994	10.487	10.487	10.487	10.487	10.586	125.324	122.615	
Outros Custos Operacionais	50	50	50	50	50	28	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	3.330	600	3.358	
Amortizações e Reintegrações	3.860	2.378	3.860	2.378	3.860	2.378	3.860	2.378	3.860	2.378	3.860	2.378	3.860	2.378	3.860	2.795	3.860	2.795	3.860	2.794	3.860	2.794	3.860	3.860	3.769	46.320	32.007	
Ajustamentos																												
SUBTOTAL	20.527	16.691	20.527	17.614	20.527	21.162	20.527	16.983	20.527	17.804	22.027	16.698	20.527	23.028	20.007	16.084	20.527	19.167	20.527	18.562	20.527	19.309	20.527	30.576	247.304	233.679		
PROVEITOS OPERACIONAIS																												
Proveitos Suplementares																												
Subsídios à Exploração																												
Reversão/Utilização Provisões																												
Trabalhos Para a Prop. Empresa																												
Outros Proveitos Operacionais																												
SUBTOTAL																												
RESULTADOS OPERACIONAIS	-3.471	1.283	-3.471	61	-3.471	-3.684	-3.471	87	-3.471	2.929	-4.971	1.656	-3.471	-2.951	1.946	-3.471	-26	-3.471	740	-3.471	-524	-3.471	-11.555	-42.632	5.447			
RESULTADOS FINANCEIROS	1800	23	1.800	-5	1.800	3086	1.800	22	1.800	3326	1.800	18	1.800	14	1.800	103	5130	1.800	192	1.800	2207	1.800	11995	21.600	26.111			
RESULTADOS CORRENTES	-1.671	1.306	-1.671	56	-1.671	-578	-1.671	109	-1.671	6.255	-3.171	1.674	-1.671	-1.528	2.049	-1.671	5.104	-1.671	932	-1.671	1.683	-1.671	440	-21.032	31.558			
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS																												
E.B.T. (RESULT.-ANTES IMP.J)	-1.671	1.306	-1.671	56	-1.671	-578	-1.671	109	-1.671	6.255	-3.171	1.674	-1.671	-1.528	2.049	-1.671	5.104	-1.671	932	-1.671	1.683	-1.671	440	-21.032	31.558			
IMPOSTO S/O RENDIMENTO IRC																												
(RESULTADOS LIQUIDOS)	-1.671	1.306	-1.671	56	-1.671	-578	-1.671	109	-1.671	6.255	-3.171	1.674	-1.671	-1.528	2.049	-1.671	5.104	-1.671	932	-1.671	1.683	-1.671	440	-21.032	31.558			

lw
TCS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

A FUNDAÇÃO INSTITUTO ARQUITECTO JOSÉ MARQUES DA SILVA, com sede na Praça Marques de Pombal nº 30 – 4000-390 Porto, com início de actividade em 24-11-2008 – NIF: 508675650 e que tem como actividade principal a promoção cultural, científica e pedagógica, conservação e divulgação de todo o património artístico e arquitectónico do Arquitecto José Marques da Silva.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2011, incluídas nas presentes demonstrações financeiras, são comparáveis com as do período de 2010.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Activos intangíveis

O activo intangível, que compreende essencialmente programas de computador, encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis pela Fundação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos de acordo com a tabela fiscalmente aceite.

O imobilizado respeitante a obras de arte, colecções, recheio das casas, capela etc., não teve amortizações.

	Anos
Edifícios e outras construções	10 Anos
Equipamento básico	0
Equipamento administrativo	3 A 8 Anos

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção, nomeadamente "ALEXANDRE BRAGA" encontrando - se registado ao custo de aquisição. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

d) Instrumentos financeiros

1) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Fundação tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

2) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

3) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração (consolidada) dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

e) Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Fundação como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Fundação; ou (1) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um ex fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Fundação. A Fundação não reconhece activos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Fundação forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

f) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

g) Impostos sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Fundação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de

fm
T.M.S.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual de recuperação futura.

h) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

i) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são reflectidos nas demonstrações financeiras da Fundação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Fundação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2012 incluem:

- Vidas úteis dos activos tangíveis, nomeadamente edifícios;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Fundação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Fundação participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da FUNDAÇÃO utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

2.2. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da FUNDAÇÃO mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Ju
MRS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4 Fluxos de Caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31 de Dezembro de 2011, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõem-se da seguinte forma:

	31-12-2011	31-12-2010
Caixa:		
Caixa	552,00	500,00
	552,00	500,00
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem	23.450,87	13.976,83
Depósito a prazo	1.102.901,62	1.207.942,91
	1.126.904,49	1.221.919,74
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	1.126.904,49	1.222.419,74

5 PARTES RELACIONADAS

a) Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

A FUNDAÇÃO relaciona-se com as seguintes partes relacionadas:

Partes relacionadas

Pessoal chave da gestão:

Conselho de Administração:

- Professora Doutora Maria de Lurdes Correia Fernandes
- Professor Doutor Rui Jorge Garcia Ramos
- Professora Doutora Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

b) Transacções e saldos pendentes

No decurso do presente exercício, a Fundação apresentou as seguintes transacções e saldos face a entidades relacionadas:

Partes Relacionadas	Transacções	Saldos pendentes	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade do período
FUNDAÇÃO UP	3.593,01	724,00		
	3.594,01			

6 Activos Intangíveis

a) Os elementos dos activos intangíveis são depreciados pelo método da linha recta, tendo por base as taxas de amortização 33.33 % previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

b) Os activos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Activos intangíveis	Ano 2011		Ano 2010	
	Activo bruto	Amort. e Perdas por imparidade	Activo bruto	Amort. e Perdas por imparidade
Programas de computador	4.222,90	1.642,07	4.222,90	234,58
	4.222,90	1.642,07	4.222,90	234,58

c) O valor das amortizações relativas a activos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

Amortizações do período – Outros	Ano 2011	Ano 2010
Programas de computador	1.407,49	234,58
	1.407,49	234,58

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7 Activos tangíveis

7.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Fundação amortiza os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Activos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	10	10%
Equipamento básico	0	0%
Equipamento básico – eletrodomésticos para apartamentos	8	12.5%
Equipamento administrativo	3 A 8	12.5% a 33.33%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2011							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos em curso	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2010	-	228.863,53	1.181.532,40	-	16.661,50	-	20.751,90	1.447.809,33
Adições	-	155.532,84	942,03	-	4.343,30	-	14.430,82	175.248,99
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2011	-	384.396,37	1.182.474,43	-	21.004,80	-	35.182,72	1.623.058,32
DEPRECIACÃO ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2010	-	34.581,24	-	-	8.210,02	-	-	42.791,26
Adições	-	25.823,09	31,50	-	4.744,57	-	-	30.599,16
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2011	-	60.404,33	31,50	-	12.954,59	-	-	73.390,42
VALOR LIQUIDO	-	323.992,04	1.181.442,93	-	8.050,21	-	35.182,72	1.549.667,90

	2010							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos em curso	TOTAL
ACTIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2009	-	153.338,51	1.181.532,40	-	15.896,50	-	-	1.350.767,41
Adições	-	75.525,02	-	-	765,00	-	20.751,90	97.041,92
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2010	-	228.863,53	1.181.532,40	-	16.661,50	-	20.751,90	1.447.809,33
DEPRECIACÃO ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2009	-	15.083,86	-	-	4.347,45	-	-	19.431,31
Adições	-	19.497,38	-	-	3.862,57	-	-	23.359,95
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2010	-	34.581,24	-	-	8.210,02	-	-	42.791,26
VALOR LIQUIDO	-	194.282,29	1.181.532,40	-	8.451,48	-	20.751,90	1.405.018,07

Handwritten initials and signature

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.2. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros activos durante o período:

Activos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados	Depreciação reconhecida como parte de custo de outros activos	TOTAL
Edifícios e outras construções	25.823,09		25.823,09
Equipamento básico	31,50		31,50
Equipamento administrativo	4.744,57		4.744,57
Outros activos fixos tangíveis			
TOTAL	30.599,16		30.599,16

7.3. Depreciação acumulada no final do período:

Depreciação acumulada	31.12.2011	31.12.2010
Edifícios e outras construções	60.404,33	34.581,24
Equipamento básico	31,50	
Equipamento administrativo	12.954,59	8.210,02
TOTAL	73.390,42	42.791,26

8 Inventários

8.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

A Fundação adopta como fórmula de custeio dos seus inventários a identificação específica, ou seja, são atribuídos a elementos identificados do inventário os seus custos específicos.

8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31.12.2011	31.12.2010
Mercadorias	32.228,19	23.962,26
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-
Perdas de imparidade	-	-
TOTAL	32.228,19	23.962,26

9 Réditos

9.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços

A Fundação reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção passam ser fiavelmente mensurados.
- b) **Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo.
- c) **Dividendos** - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do accionista receber o pagamento.

9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2011	31.12.2010
Vendas de bens	4.846,37	8.660,57
Prestações de serviços	-	-
Juros	26.144,74	33.732,11
Rendas	213.009,00	199.394,00
TOTAL	244.000,11	242.003,56

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10- Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo

10.1 Políticas contabilísticas adoptadas:

Ver nota 3.1

10.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

2011 – Estágio profissional - valor do subsídio - 2.376,79 euros
 2011 - Direcção geral da cultura – 550,00 euros
 2011 - Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal – 100,00 euros
 2011 – Universidade do Porto – 900,00 euros

11 - Acontecimentos após a data do balanço

a. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram elaboradas pelo Conselho de Administração. No entanto, o Conselho Geral poderá em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

12 - Impostos sobre o rendimento

a. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos / Rendimentos	31.12.2011	31-12-2010
Impostos correntes	6.057,28	5.349,89
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		
Impostos diferidos		
Origem e reversão de diferenças temporárias	505,75	505,75
TOTAL	6.563,03	5.855,64

b. Imposto diferido ou corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao fundo próprio

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado directamente ao fundo próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, directamente ao fundo próprio.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2011, os itens debitados/creditados directamente ao fundo próprio foram como segue:

	Imposto Diferido	Imposto Corrente
Valor de IRC, da variação patrimonial negativa de 2010, não considerado como custo fiscal.		3.464.30
TOTAL		3.464.30




ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c. **Relacionamento entre gastos/ rendimentos de impostos e lucro contabilístico**

Reconciliação da taxa efectiva de imposto:

Resultados antes de imposto		31.12.2011		31.12.2010
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal	21,5%	6.785,02	20%	5.408,39
Efeito fiscal gerado por:				
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países				
Resultados não tributados ou não recuperáveis				
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	21,5%	90,38	20%	447,25
Ineficiência (excesso) de estimativa do ano anterior	21,5%	175,20		
Outos	21,5%	-543,68		
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação		56,11		
Imposto sobre o rendimento do período		6.563,03		5.855,64

d. **Activos por impostos diferidos**

A 31 de Dezembro de 2011 estavam contabilizados os seguintes activos por impostos diferidos:

Activos por impostos diferidos	Provas para reconhecimento	Saldo
<i>Ajustamentos de transição</i>		2.023,00
TOTAL		2.023,00

13 Instrumentos Financeiros

13.1. **Bases de mensuração**

É política da Fundação reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de fundo próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

13.2. **Total de rendimento e gasto de juros para activos e passivos financeiros**

Para calcular o custo amortizado de um activo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período do exercício, utilizámos o método do juro efectivo.

Assim, e de acordo com o método do juro efectivo, o total de rendimento de juro para os activos financeiros e o total de gastos de juros para os passivos financeiros discriminam-se como se segue:

a) **Rendimento de juro para os activos financeiros:**

Activos financeiros	Montante Rendimento
<i>Juros obtidos</i>	
<i>Depósitos</i>	26.144,74
TOTAL	26.144,74

13.3. **Montante da rubrica de Fundos**

A 31 de Dezembro 2011, a Fundação detinha um fundo de 2.649.888.55 euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13.4. Variações nos fundos

Saldo em 31/12/2011- Depósitos – Saldo em 31/12/2010

2.649.888.55 – 920.00 - 2.648.968.55

14 Outras Informações

14.1. Vendas e prestações de serviços por actividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços distribuíram-se da seguinte forma:

	2011	2010
Vendas e Prestações de serviços:		
Mercado interno	4.846.37	8.660.57
Mercado externo	-	-
	4.846.37	8.660.57

14.2. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2011 e 2010 a seguinte composição:

	2011	2010
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	6.395,39	4.501,93
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,02	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendas	213.009,00	199.394,00
Juros de depósitos à ordem	26.144,74	33.732,11
Outros	1.331,13	7.765,00
	246.880,28	245.393,04

14.3. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2011 e 2010 a seguinte composição:

	2011	2010
Outros gastos e perdas		
Impostos	2.242,52	150,83
Descontos de pronto pagamento concedidos	3,29	1,36
Dívidas incobráveis	-	-
Ofertas em inventários	2.558,09	-
Insuficiência de estimativa para impostos	814,93	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Outros	35,50	6.116,56
	5.654,33	6.268,75

14.4. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2010	2010
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	28,32	7,00
	28,32	7,00